A regulamentação da Uber em SP

Setembro/2019



- **Dezembro/2008:** Ideia
- Março/2009: UberCab
- **Julho/2010:** Primeira viagem em São Francisco
- Maio/2011: Segunda cidade: Nova Iorque e primeira "cease and desist" em SF.
- **Dezembro/2011:** Expansão internacional
- **Setembro/2013:** 10 acordo regulatório (TNC)
- Abril/2014: Operando em 100 cidades

- Junho Copa do Mundo: Uber Black Rio e SP
- Julho Primeira reação Prefeitura e Câmara Municipal
 - PL 349/2014, Ver. Adilson Amadeu
 - "atividade irregular / veículo apreendido"
- Agosto Processo administrativo no DTP: cessação da operação e remoção lojas online
 - Apreensões de veículos
- Setembro e outubro Primeiras ações judiciais
- Dezembro Representação ao MPF → MP/SP

- Abril/2015: Protestos e 1a decisão judicial de mérito
 - Suspender operação + 100k/dia + remoção lojas online
 - Atividade ilegal: Lei 12.468/11 + CTB + Leis municipais 7.329/69 e
 15.676/12 + Resolução ANTT 4.287/14
 - Transporte X tecnologia
 - Transporte público (aberto ao público) X privado
 - o Benefício social X Império do direito X Mobilização política
- Agravo prevenção
 - Sem decisão de mérito legitimidade / adequação do meio

2015: o início da batalha judicial

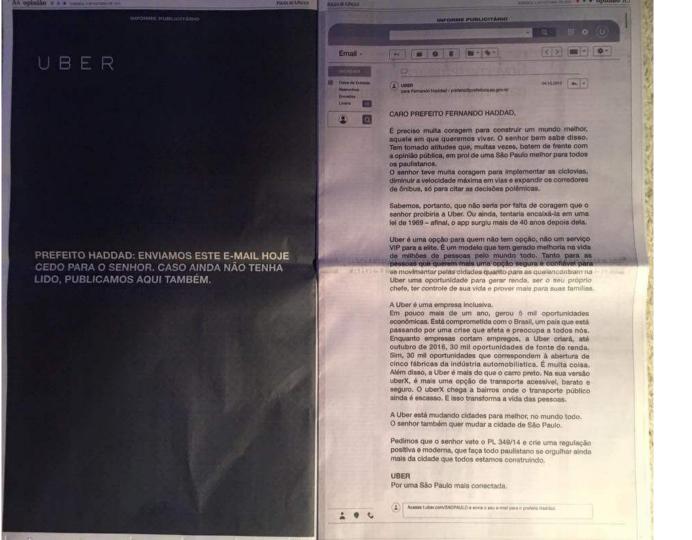
- Maio: Inquérito no MP/SP
- **Junho:** Uber X e tempestade de ações negativa das liminares
 - o Interesse coletivo X interesse econômico específico
 - Não regulamentado X ilegal
 - Uber substitui taxi?
- 30/06/2015: Primeira campanha da Uber e-mails para vereadores
- **01/07/2015:** Aprovado o PL 349/14 em 1a votação (48 X 1)
- Agosto: PL 421/15, Ver. Police Neto veto MP 673
- Setembro: Aprovado o PL 349/14 em 2a votação (43 X 3). 10 estudo CADE.

2015: Judiciário para um lado, Legislativo para outro

10/09/2015 13h23 - Atualizado em 11/09/2015 07h59

Haddad afirma que projeto que veta Uber está em sintonia com Prefeitura

Texto aprovado tem emenda para estudos sobre uso de tecnologia no serviço. Prefeito tem 15 dias após receber o texto para vetar ou sancionar a lei.



- **08/10/2015:** Sanção da Lei 16.279/15
 - Decreto 56.489/15 Táxi preto: aplicativo, flexibilidade de preço, verificação prévia de preço e motorista, cartão de crédito, avaliação da qualidade do serviço etc.
 - o 5.000 novos alvarás sorteados entre taxistas R\$ 60 mil de outorga

14/10/2015:

- MS contra lei liminar indeferida em 03/12 "assunto de interesse local" e "induvidoso interesse público"
- CNS ajuíza ADI liminar indeferida em 11/11 "atentar contra paz social"e "questão não está madura"
- **Dezembro:** 20 estudo CADE: ausência de impacto no mercado de taxi

O problema na seara do Executivo

- **Contexto:** pressão social, violência e eleições
- **Janeiro:** Consulta pública de minuta de decreto
- Abril: novo PL tentativas e rejeição na Câmara
- Maio: Decreto 56.981/16: Dispõe sobre o uso intensivo do viário urbano municipal para exploração de atividade econômica privada de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública (etc.)
 - Gestão
 - Credenciamento
 - Preço público
 - Controle e política

2016: Executivo adota outro caminho